

Apoio - CLC, CAW, USWA-CA, CISL, CCOO, Solidarity Center-AFLCIO

Correio Sindical Mercosul, n 140 – de 08 a 15/12/02

POR UM OUTRO MERCOSUL COM
EMPREGO PARA TODOS



IV CUMBRE SINDICAL DO MERCOSUL
Brasília - 5 de dezembro de 2002

A IV Cumbre Sindical do Mercosul reuniu mais de 200 sindicalistas dos 4 países do Mercosul e do Chile, no dia 5 de dezembro em Brasília, e contou com a presença de representantes de várias organizações sindicais internacionais – o secretário geral da ORIT, da Confederação Européia de Sindicatos-CES, do Conselho Consultivo Laboral Andino, centrais sindicais da Itália, Espanha, França, Estados Unidos, representantes dos Secretariados Profissionais e de organizações como a Fundação Friedrich Ebert e OIT.

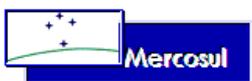
As reuniões tiveram início no dia 4 e na manhã da Plenária houve um painel que teve como expositores o Embaixador Carlos Alberto S Magalhães, membro do GMC pelo Brasil, o Deputado argentino Carlos Raymundi e o representante das cooperativas do Uruguai no FCES, Daniel Betancourt, sobre o futuro do Mercosul. A tarde foram apresentados informes dos grupos setoriais que se reuniram, da Comissão de Mulheres e da Comissão pela erradicação do Trabalho Infantil e finalmente foi feita a leitura de um documento de análise do estado atual do processo de integração e uma série de propostas para o processo de fortalecimento e reconstrução do Mercosul.

No dia 6 uma delegação composta pelos representantes das 8 centrais sindicais e mais o Secretário Geral da ORIT, Luiz Anderson, foi recebida pelos Presidentes do Mercosul, Chile e Bolívia, reunidos com os demais membros do CNC e representantes de todos os governos da CAN. Na oportunidade o Secretário Geral da CCSCS, Eduardo (Lalo) Fernandez leu partes do documento aprovado e apresentou as propostas da Coordenadora, ressaltando dois aspectos centrais: a viabilidade do Mercosul tem como pré-condição uma mudança profunda nas atuais políticas econômicas nacionais - causadoras em grande parte da crise atual – e é preciso tomar medidas urgentes para reverter o atual quadro de desemprego. (Veja no anexo o texto aprovado na íntegra).

Veja as mais notícias sindicais na página



clique sobre o logo para ir a página



Decisões da 23ª reunião de Cúpula do Mercosul

Sem avanços na área comercial, os principais anúncios da Cúpula foram a assinatura do acordo de residência e a criação da secretaria técnica em Montevideu (leia quadro). As medidas fortalecem o Mercosul político que Lula tem defendido e avançam no sentido do estabelecimento de um mercado comum, ao contemplar, além do livre trânsito de bens e capitais, a livre circulação de pessoas e o embrião de instituições supranacionais.

Acordo sobre residência -O tratado permitirá que argentinos, uruguaios, paraguaios e uruguaios possam pedir visto de residência em um dos quatro países do Mercosul. O cidadão deve comprovar que nasceu em um dos países do bloco e não ter antecedentes criminais. Acordo semelhante foi assinado com Bolívia e Chile. Isso facilitará a regularização dos ilegais.

Acordo com Andinos -O Mercosul fechou um acordo-marco com a Comunidade Andina de Nações (CAN) - integrada por Venezuela, Peru, Equador, Bolívia e Colômbia - para a negociação um acordo de livre comércio entre os dois blocos em 2003.

Secretaria Técnica -A secretaria técnica do Mercosul preparará documentos de apoio às negociações e acompanhará a aplicação das normas do bloco nos países.

TEC - A reunião encerrou-se com a decisão dos quatro países de prorrogar todas as medidas que distorcem a Tarifa Externa Comum (TEC). Foram prorrogados até o final de 2003 o direito de cada sócio adotar listas de exceção da TEC, com 100 itens cada, a permissão para que a Argentina mantenha isenção de tarifas de importação de bens de capital e o adicional de 1,5 ponto porcentual sobre toda a TEC.

Os presidentes assinaram um comunicado final que traz duas decisões relevantes no projeto de tornar um dia o Mercosul um mercado comum e de dotá-lo de uma estrutura institucional. A primeira delas foi a assinatura de dois acordos que facilitam a regularização da situação e a concessão de visto de permanência aos cidadãos do Mercosul, Chile e Bolívia que queiram se instalar em outro país dessa mesma região. A outra decisão foi a criação de uma secretaria técnica, orientada para preparar documentos e vigiar o cumprimento das regras comuns pelos quatro sócios. (*Agência Estado e Correio Braziliense, 07/12/2002*)

Mercosur aprueba la secretaría técnica y acuerdo con la CAN- El acuerdo marco con la CAN, integrada por Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela, prevé la conclusión de un acuerdo de libre comercio para el 30 de noviembre del próximo año, informó el ministro brasileño de Desarrollo, Industria y Comercio, Sergio Amaral. Mientras tanto, uno de los bloques podrá negociar con un país del otro bloque un acuerdo de libre comercio y no bilateralmente, como se oponía Paraguay, que también bloqueaba la creación de la secretaría técnica que sustituirá a la administrativa, cuya sede se encuentra en Montevideo.

Secretaria - La secretaría técnica, que tendrá la misma estructura de personal que la actual, "va a dejar simplemente de administrar y organizar reuniones y va a tener ocupaciones más sustantivas, como producir documentos técnicos de apoyo a las decisiones, o velar por el cumplimiento de las normas del Mercosur", explicó a la prensa el representante comercial de la cancillería brasileña, Clodoaldo Huguency.

El ánimo ha cambiado entre los miembros del Mercosur, que ven en la firme decisión del presidente electo de Brasil, Luiz Inacio Lula da Silva, de reforzar el Mercosur una luz de esperanza al final del túnel al que han llevado las crisis económicas que sacuden a sus miembros.

"Mercosur tiene presente y tiene futuro" – Lo aseguró el vicedecano de Argentina, Martín Redrado. La recuperación económica argentina, que mensualmente registra un saldo comercial positivo de U\$S 1.200 millones, es un signo de que se camina hacia mejores tiempos para la integración sudamericana.

El comercio entre los dos principales socios del bloque también se ha recuperado. Según una información de la Gazeta Mercantil, las exportaciones de Brasil a Argentina se redujeron en noviembre un 26% con respecto al mismo mes del año pasado, lejos de la caída del 71,5% registrada en marzo.

Las importaciones también superaron en los últimos dos meses los U\$S 400 millones, aunque todavía muy inferiores a los U\$S 600 millones que se registraban en 1997 y 1998. Brasil sigue manteniendo un déficit de U\$S 2.270 millones.

Pero mientras los problemas puntuales se resuelven, el grupo de 28 "cabezas pensantes" de los países miembros reunidas por la Cancillería brasileña para repensar el Mercosur, ha concluido que falta liderazgo en la construcción del bloque y se han sumado a la idea propuesta por el embajador de Brasil en Buenos Aires, José Botafogo, que reclama un papel más activo del gigante sudamericano. (*El País/Uruguay, 06/12/02*)

Fusão CAF-FONPLATA fortalece banco regional-Os sócios do Mercosul aprovaram ontem a fusão do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) com a Corporação Andina de Fomento (CAF). Este é o primeiro passo rumo à criação de um banco de desenvolvimento regional que abranja toda a América do Sul. A decisão foi tomada por chanceleres e ministros da Economia de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, mais os do Chile e da Bolívia (países associados), no primeiro dia de reunião do Conselho do Mercado Comum, que se encerra hoje, em Brasília. A fusão, entretanto, deverá ser negociada com os fundadores da CAF, os países andinos.

O Fonplata tem ativos contábeis de US\$ 350 milhões, é integrado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia e desde 1996 discute-se sua transformação num banco do Mercosul. Agora, com a Iniciativa de Integração Regional da América do Sul (IIRSA) - que tem 162 projetos de integração já definidos, ganhou força a idéia de fusão com a CAF.

BNDES -A aproximação do BNDES com a CAF e desta com o Fonplata integram uma nova formatação do espaço econômico regional, um dos temas prioritários do atual governo brasileiro que terá seguimento pelo governo do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. (*Gazeta Mercantil, 06/12/02*)

Presidentes do Mercosul pedem relançamento do bloco - Presidentes dos países integrantes do Mercosul que se reuniram ontem (05/12) com o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na Granja do Torto, em Brasília, fizeram uma forte defesa política do bloco. Lula recebeu individualmente os presidentes do Paraguai, Luis González Macchi; do Uruguai, Jorge Battle; e da Bolívia, Gonzalo Sánchez de

Lozada. Este último defendeu o "relançamento" do Mercosul. Eles estão no Brasil para a reunião de Cúpula do Mercosul.

Battle defendeu um trabalho conjunto dos quatro países integrantes do bloco (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) para avançar nas negociações para formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e com a União Européia. "O Mercosul cresce para fora, não cresce para dentro", afirmou. Segundo ele, essa tendência deve ser respeitada independentemente da situação econômica dos países integrantes. "Todos nós temos problemas. Os grandes, problemas maiores, os pequenos, menores, mas que são grandes para nós. Neste momento, eu creio que o problema do Mercosul não depende apenas de medidas econômicas, mas de uma posição política", afirmou. Na entrevista, o presidente uruguaio comemorou os recentes sinais de melhoria na economia argentina, cujo limite dos saques dos correntistas provocaram uma perda de 40% dos depósitos bancários no Uruguai. Essa retração começou a ser revertida nos últimos meses, especialmente em outubro, quando, segundo Battle, os bancos uruguaio recuperaram US\$ 42 milhões a mais do que foi sacado.

O presidente eleito recebeu também o presidente da Corporação Andina de Fomento (CAF), Enrique Garcia, que afirmou que há muita disposição da entidade em financiar programas de infra-estrutura e de desenvolvimento social no Brasil. A CAF financiou projetos conjuntos de hidrelétricas entre o Brasil e a Venezuela e o gasoduto Bolívia-Brasil. "Temos US\$ 3 bilhões para financiar os 16 países membros no próximo ano", destacou Garcia. Segundo ele, uma das prioridades na liberação dos investimentos é a promoção da integração entre os países da América Latina.

O **presidente da Bolívia** Sánchez de Lozada, chamou a atenção para a necessidade de uma maior integração física da região, ponto discutido com Lula. "Falamos sobre o relançamento do Mercosul. O bloco, com quatro integrantes e dois associados, é uma área econômica como a China e Hong Kong", comparou. O presidente da Bolívia condicionou a redução do preço do gás boliviano a um aumento da demanda por parte do Brasil. Sánchez explicou que o gasoduto só está sendo utilizado em apenas um terço de sua capacidade.

Além do Mercosul, **G. Macchi**, o presidente do Paraguai, discutiu com Lula a questão do terrorismo na tríplice fronteira e manifestou sua preocupação sobre o comércio entre Foz do Iguaçu (PR) e Cidade do Leste, no lado paraguaio. "Essa região precisa ser vista como um todo. Existem problemas econômicos e social de ambos os lados". Sobre o terrorismo, Macchi afirmou que tanto ele como Lula tiveram a mesma opinião. "Não existe atividade terrorista na tríplice fronteira. Existem sim alguns membros da doutrina Islâmica que fazem suas contribuições". (*Valor Econômico*, 06/12/02)

Chile desconversa - O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, chegou ontem ao Chile determinado a arrancar do presidente chileno, Ricardo Lagos, um compromisso com o Mercosul. Mas, o mais liberado mercado latino-americano só tem olhos no momento para a negociação de um acordo bilateral de comércio com os Estados Unidos.

O discurso do presidente eleito caracterizou um apelo à superação de dificuldades na integração do Chile ao Mercosul, sublinhando que avançar no fortalecimento regional depende de vontade. "Temos respeito pelas posições chilenas, mas acreditamos que, se houver vontade de ampliarmos nossos acordos, será possível encontrar soluções, ainda que provisórias, que nos permitam avançar", disse Lula em português, dispensando a tradução.

O Chile é um país centrado no comércio internacional, com tarifa média de importação de apenas 6 por cento, enquanto o Mercosul - que reúne Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - ainda trabalha com 15%. O Chile é associado ao Mercosul, mas para tornar-se membro pleno teria que seguir a tarifa externa comum do bloco, retrocedendo na abertura de seu mercado.

O Brasil exporta para o Chile cerca de US\$ 1,5 bilhão ao ano e compra aproximadamente US\$ 840 milhões em produtos chilenos. (Reuters) (*Global 21*, 04/12/02)

Bons sinais que vêm da Argentina- No mês de novembro deste ano, as exportações do Brasil para o país vizinho chegaram a US\$ 234 milhões, o ponto mais alto neste ano, representando um crescimento de 79% em relação a fevereiro (US\$ 130,7 milhões) e de 41% em comparação com junho (US\$ 166,3 milhões). É um dado animador, mas é preciso notar que o valor mensal das exportações brasileiras para a Argentina ainda estão 44% aquém da média mensal de 2001 (US\$ 416,8 milhões).

As vendas da Argentina ao Brasil também se reduziram, mas o baque foi menor. A média mensal das importações do Brasil daquele parceiro do Mercosul foi de US\$ 460 milhões no ano passado e neste ano deve ficar em torno de US\$ 400 milhões.

É claro que, com a economia em recessão até o último trimestre deste ano, os argentinos reduziram drasticamente as suas importações de todo o mundo. Paralelamente, com a desvalorização do peso, as exportações receberam um forte estímulo. Na realidade, tem sido o setor externo que tem puxado a economia argentina, esperando-se que o país vizinho possa obter neste ano um superávit comercial entre US\$ 15 bilhões e US\$ 16 bilhões.

Do lado brasileiro, embora a taxa de câmbio possa vir a cair, as empresas brasileiras, de modo geral, não perderam de vista o mercado argentino e só não têm exportado mais por falta de demanda. Independentemente de acordos específicos que podem ser feitos em determinadas áreas, onde persistem conflitos de interesse, como no caso do frango e do açúcar, a desvalorização do peso, ao eliminar as políticas cambiais adotadas pelos dois países, acabou também com as queixas argentinas quanto à vantagem competitiva brasileira. O nível das cotações do dólar diante do peso e do real está muito próximo e o mercado brasileiro pode oferecer boas oportunidades para os exportadores do outro lado da fronteira, especialmente de a economia crescer 2,5% em 2003, como se prevê.

Há muito terreno para recuperar. No ápice das relações comerciais entre o Brasil e a Argentina, em 1997 e 1998, o intercâmbio entre os dois países somava US\$ 14,8 bilhões por ano. Neste ano, as previsões são de que as exportações brasileiras para o mercado argentino cheguem a US\$ 2,35 bilhões, enquanto as importações procedentes do país vizinho alcancem 4,80 bilhões. Isso significa uma corrente de comércio de não mais de US\$ 7,2 bilhões, ou seja, metade do que se obteve naqueles anos. Como se recorda, os dados de 1997/98 chamaram a atenção de todo o mundo, evidenciando o sucesso da integração no âmbito do Mercosul.

Convém notar que, ao cair a seu ponto mais baixo o intercâmbio bilateral neste ano, a Argentina obtém o seu mais elevado superávit com o Brasil, estimado este ano em US\$ 2,440 bilhões. Como autoridades brasileiras já têm afirmado, esse é um tipo de colaboração com a Argentina em uma fase de dificuldades. Mas a expectativa é de que, com a retomada que agora se configura, esse déficit possa baixar para US\$ 1,5 bilhão.

Deve-se assinalar que, embora o Brasil deva buscar obter um superávit comercial de US\$ 15 bilhões em 2003, o déficit com a Argentina não é motivo de preocupação. Tanto assim que, mesmo com a retração do intercâmbio com aquele país este ano, o Brasil deve obter um superávit global estimado em US\$ 12,5 bilhões, superando todas as previsões.

O Brasil e a Argentina pretendem elevar seus saldos positivos no mercado mundial e podem fazê-lo ainda mais facilmente se vencerem os entraves do protecionismo dos países desenvolvidos. (*Gazeta Mercantil*, 06/12/02)



Estudo mostra "quatro ameaças" da ALCA -O Ministério do Desenvolvimento acaba de concluir estudo, coordenados pelo economista Luciano Coutinho, com uma análise da situação competitiva de 20 cadeias industriais brasileiras e os impactos a que estarão sujeitas em duas das três rodadas de negociação de liberalização comercial em que o país está envolvido: os acordos com a União Européia e a Alca.

Segundo o documento, o eventual fechamento de acordos para a formação da Alca ou liberalização comercial, via acordo com a UE, implica o que os pesquisadores denominaram quatro "agrupamentos de ameaças".

As "quatro ameaças"-No **grupo A** estaria a ameaça de aumento de importações de produtos originários do Nafta (o acordo de livre comércio dos EUA, México e Canadá) e da UE. As mais sujeitas a esse abalo são as de bens de capital, petroquímica e plásticos, mas também a indústria automobilística e eletrônica (a depender de decisões das matrizes), de cosméticos e parte da cadeia de celulose e papel.

Depois, **no B**, a redução das exportações para a América Latina (excetuado o México). A despeito de serem consideradas poucos competitivas, cadeias industriais brasileiras como a de química, bens de capital e plásticos têm considerável penetração nos países da América do Sul. Um embate direto com os parceiros do Norte (americanos ou canadenses) ou os europeus poderia resultar na perda do mercado nos países vizinhos -Argentina, a Bolívia, Paraguai, Uruguai etc.

Os analistas também vêem o risco (**grupo C**) de os mercados mais importantes da Alca (leia-se EUA) e da UE estenderem as preferências comerciais hoje concedidas ao Brasil a outros mercados, como a Ásia. Ameaças que recaem justamente sobre os setores com maiores oportunidades de ampliarem suas exportações nas novas rodadas. Os setores têxtil, de confecções e de calçados correriam risco caso os EUA concedessem preferências comerciais à China. O de café poderia ser ameaçado numa eventual disputa com o Vietnã (se este obtivesse preferências comerciais), e o siderúrgico, caso Coréia do Sul e Japão tivessem preferências para vender à UE e Nafta. Por fim, no grupo C, despontam as ameaças relacionadas com o desvio de investimentos estrangeiros diretos. O México é o maior candidato, mas não o único, a absorver eventuais recursos. Isso ocorreria, diz o documento, se, ao final da integração comercial nas Américas, as multinacionais decidirem promover alteração de suas estratégias no que diz respeito das filiais produtivas

que mantêm no Brasil. O eventual deslocamento de investimentos explicitaria a perda de relevância das filiais aqui instaladas de setores citados acima (como automobilístico, farmacêutico e equipamentos de telecomunicação).

Cadeias produtivas -No trabalho, são propostas ações políticas que o governo deveria conduzir para estimular a abertura de novas frentes em cadeias consideradas competitivas e minimizar os riscos sobre aquelas ameaçadas de dizimação ante a maior competitividade externa. Das 20 cadeias produtivas analisadas, 18 foram escolhidas a partir de sua importância para a balança comercial e o peso na estrutura produtiva brasileira. As duas exceções foram os segmentos de saúde e tecnologia, presentes no levantamento por serem considerados estratégicos para o desenvolvimento tecnológico do país.

De acordo com o documento, os setores analisados representavam em 2000, o equivalente a 53% do faturamento da indústria brasileira, respondiam por 63% das exportações e 67% das importações. Entre 1996 e 2000, o faturamento de 17 deles (exceto saúde, biotecnologia e construção naval) cresceu em média 3,8% ao ano -média superior ao do PIB no mesmo período. Expansão esta acompanhada de um acentuado processo de desnacionalização: no mesmo período, a participação de estrangeiro no faturamento passou de 35,86%, em 1996, para 51,76%, em 2000.

De 18 cadeias produtivas (saúde e biotecnologia mais uma vez são excluídas), 10 tiveram balança comercial deficitária entre 1996 e 2001, na soma geral dos negócios com a UE (União Européia), Aladi (acordo comercial dos países latinos), não incluído o México, e Nafta. O saldo acumulado deficitário da balança desses dez setores foi de US\$ 117,5 bilhões em cinco anos. Rombo em parte compensado pelo superávit de US\$ 84,6 bilhões acumuladas pelos oito demais setores obtiveram nas transações com os três blocos. No final, entre 1996 e 2001, a balança comercial brasileira (somados todos os setores) acumulou um déficit de US\$ 19,7 bilhões com os três blocos -o déficit das 18 cadeias foi de US\$ 32,9 bilhões.

As cadeias estão separadas em quatro grupos. Na primeira estão aquelas que sofreriam menores ameaças com a liberalização (comercial): café, papel e celulose, cítricos, couro e calçados, siderurgia e têxtil e confecções. Os pesquisadores fazem ressalvas: num mesmo segmento dos ""competitivos", como o têxtil, segmentos com alto índice de mecanização (grandes empresas integradas) convivem com outros deficientes (pequenas confecções), marcados pela informalidade e atraso tecnológico.

De qualquer forma, para esse grupo dos ""competitivos", a prioridade na negociações, diz o estudo, é garantir maior acesso a mercados externos. Por outro lado, a política governamental deveria privilegiar ações para reforçar a condição competitiva já existente.

Em uma segundo grupo figuram as cadeias produtivas com sérias deficiências competitivas e que são ""cronicamente deficitárias". A saber: bens de capital, química e petroquímica, transformação plástica e naval. Os analistas recomendam ""ter máxima cautela na negociação dos cronogramas de redução tarifária". No terceiro grupo estão as cadeias em que as oportunidades de negócios e as ameaças seriam localizadas ou se anulariam. Seriam enquadrados nessa cadeia os setores madeireiro e de móveis, dependentes de certificação ambiental, de cosméticos, em que o produto nacional para se tornar competitivo precisa de diferenciação de marca e distribuição, e aqueles considerados pouco transacionáveis, como cerâmica.

Recomenda-se para essas indústrias políticas de favoráveis à internacionalização, diferenciação dos produtos e ambientais. Por fim, no quarto grupo estão as empresas com forte participação na chamada corrente de comércio, em sua maioria deficitárias, mas na qual predomina o comércio intrafirma, como a indústria automobilística. (FSP, 08/12/02)

União Européia diminui importação de produtos agrícolas- A denúncia foi feita pelo Brasil, durante a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) para debater as negociações lançadas em Doha, há um ano. Segundo o embaixador brasileiro em Genebra, Luis Felipe Seixas Correa, os europeus diminuíram suas importações de alimentos em 14% entre 1995 e 2001. Bruxelas, que comprava US\$ 92 bilhões, quando a OMC foi criada, passou a importar apenas US\$ 79 bilhões, no ano passado.

O embaixador da UE em Genebra, Carlos Trojan, negou que os dados estejam corretos. "Isso não corresponde à realidade", afirmou o diplomata. Mas a delegação brasileira afirma que os dados apresentados foram publicados pela própria OMC, em seu relatório deste ano. Outro que não parece nada entusiasmado com a liberalização agrícola é o Japão. Segundo os dados do Brasil, o país reduziu suas importações de alimentos em 23,8% desde 1995.

Entre os grandes mercados, os únicos que aumentaram suas compras do exterior foram os chineses e os norte-americanos. Desde 1991, a China aumentou suas importações de produtos agrícolas em 156,2%. Já os Estados Unidos apresentaram um aumento de 71% nos últimos dez anos e de 28,9% desde 1995.

No Brasil, os efeitos do câmbio valorizado na segunda metade dos anos 90 impulsionaram as importações de produtos agrícolas. Mas já no início de 2001, o País comprava 41% a menos do exterior que em 1995. (O Estado de S. Paulo, 07/12/02)

OMC: um código de conduta para empresas- Brasil avalia proposta da Índia que regula investimentos estrangeiros na OMC; EUA são contra. O Brasil examina se apoiará uma proposta da Índia,

feita à Organização Mundial de Comércio (OMC), para estabelecer um código de conduta obrigatório para investidores individuais e companhias multinacionais.

A Índia defende que os países tenham o direito de regular investimentos estrangeiros e prega a necessidade de os investidores se submeterem a obrigações em conformidade com os interesses dos países que os acolhem. As empresas teriam, por exemplo, de cumprir exigências de desempenho nas exportações e utilização de conteúdo local. A China, país em desenvolvimento que mais recebeu investimentos estrangeiros nos últimos nove anos, co-patrocinou o documento indiano apresentado na OMC.

A Índia pediu a adesão do Brasil há um mês. E, ontem mesmo, a proposta começou a ser bombardeada pelos Estados Unidos, União Européia, Japão e Canadá.

A Índia argumenta que os defensores de um acordo global de investimentos na OMC querem assegurar juridicamente direitos dos investidores estrangeiros, mas ignoram o outro lado: obrigações que as multinacionais deveriam respeitar de maneira obrigatória e não apenas voluntária. Nova Delhi considera o equilíbrio no debate ainda mais importante diante da enorme expansão dos investimentos diretos estrangeiros (IDE). Estes somaram US\$ 1,27 trilhão em 2001 comparado a apenas US\$ 200 bilhões em 1990.

Poder ampliado - Ou seja, foi ampliado o poder econômico e as operações globais das grandes corporações, ao mesmo tempo em que os governos constataam suas limitações para regular condutas de empresas em seus mercados. Para a Índia, os escândalos de corrupção em companhias como Enron e Worldcom e as crises financeiras nos países em desenvolvimento causadas também por fundos especulativos reforçam a necessidade de um código de conduta obrigatório, ao invés de voluntário, como os negociados na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad).

O Japão convocou uma entrevista coletiva para se opor fortemente a medida. Reiterou observações da China de que seu co-patrocínio do documento indiano não significa um "sinal errado" aos investidores estrangeiros. Pequim promete continuar "melhorando suas políticas e práticas" para atrair capitais. Tóquio acha que a proposta levanta questões legais complicadas sobre extraterritorialidade. Exemplifica que o país de origem do investimento pode não estar em posição de monitorar e controlar constantemente as atividades de suas companhias no exterior.

Na visão dos Estados Unidos, a Índia quer transformar as empresas estrangeiras em instrumentos de política industrial. Adverte que a tentativa pode "congelar" investimentos e desviá-los para outros países. Washington estima que a Índia exagera sobre o poder das multinacionais e que os escândalos da Enron e da Worldcom mostram a necessidades de fortes leis domésticas.

A União Européia advertiu que os países em desenvolvimento "algum dia" serão também exportadores de investimentos, e submetidos portanto às mesmas disciplinas. Em outro movimento, a UE apresentou um documento na OMC sobre disciplinas permitindo que, em "casos excepcionais", os governos restrinjam temporariamente a saída de capital em períodos de dificuldades de balanço de pagamentos.

Conferência no México - Os 144 países membros da OMC debatem se negociarão um acordo global sobre regras para investimentos. A decisão deverá ser tomada em setembro de 2003, na conferência de ministros de Comércio em Cancun, no México. Índia e Malásia são os principais opositores de qualquer acordo nessa área. As divergências são enormes. Não há entendimento nem sobre a definição do que é investimento. (*Gazeta Mercantil*, 06/12/02)



La pobreza se ha feminizado - Golpea más a las mujeres que a los hombres y en la última década el abismo entre los géneros se ha profundizado más, reveló hoy un informe del Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA).

En su reporte anual titulado Población, Pobreza y Oportunidades: Hacia el Desarrollo de los Pobres, esa organización subraya la importancia de reducir las discrepancias de género en salud y educación para promover la disminución de la pobreza individual y alentar el crecimiento económico.

El documento denuncia que las féminas tropiezan en muchas naciones con barreras que violan sus derechos básicos, lo que les impide ocupar el lugar que les corresponde en la sociedad como Ser Humano.

En hogares cuyas cabezas de familia son mujeres es mayor la pobreza de ingresos y consumos que en aquellos que son gobernados por hombres, lo cual incide en una nutrición deficiente para ella y su familia.

La UNFPA destaca además en el documento como la violencia sexual en el hogar es uno de 'los efectos más obvios y brutales del prejuicio de género', que incide en el bienestar físico y psíquico de las féminas.

Adicionalmente, en muchos países del Africa Subsahariana, agrega ese organismo, las mujeres son las más afectadas por el VIH/SIDA, constituyendo el 58 por ciento de las infectadas.

Negociar con la pareja el uso del anticonceptivos puede desencadenar la violencia sexual, hecho que puede mantenerlas alejadas de los medios de prevención de esa letal enfermedad, denuncia la UNFPA.

Por otra parte, añade el UNFPA, en naciones del Tercer Mundo las niñas tienen menos posibilidades de recibir una educación completa que los niños.

Las discrepancias de género, la lejanía de las escuelas en las comunidades rurales, el temor a las agresiones sexuales en el camino, y la necesidad de trabajar en el hogar, limitan su continuación.

En consecuencia, el UNFPA hace un llamado para adoptar acciones para eliminar la desigualdad entre los sexos.

El informe asegura además que si los países de Africa Subsahariana, Asia y Occidente hubieran logrado disminuir las discrepancias de género como los países de Asia Oriental entre 1960 y 1992, entonces su Producto Interno Bruto podría haber registrado alzas en su crecimiento económico.

Las iniciativas en materia de salud, educación y gobernabilidad ayudarán a disminuir las diferencias de género, lo cual contribuiría a poner fin a la pobreza individual y alentaría el crecimiento económico de las naciones subdesarrolladas, reitera el UNFPA.

El UNFPA llama a concretar acciones para garantizar que las instituciones sociales y jurídicas de naciones que aun no lo hacen protejan los derechos de la mujer al empleo, la tierra, a tener igual remuneración económica que el hombre, y participar en la vida política, para ocupar el mismo lugar en la sociedad. (redaccion@argenpress.info) – **Argenpress**.

**Para ler mais noticias sindicais consulte a pagina www.sindicatomercosul.com.br
Para se comunicar conosco escreva a msilvia@uol.com.br**